



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 126/2024
Comissão CJLCOAACPES

PARECER PELA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA MATERIA.

Veio a esta Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, O projeto de Lei nº 2.905 de 30 de outubro de 2024, de autoria do Poder Executivo, busca autorização do Poder Legislativo para realizar repasse de recursos financeiros à Orquestra Municipal de Barão e dá outras providências.

O Poder Executivo junta cópia do termo de convênio com a Orquestra Municipal, no qual consta o objeto, as finalidades, as obrigações, o prazo, a prestação de contas e as penalidades.

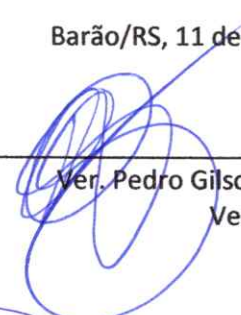
A assessoria jurídica da casa, opina pela legalidade e constitucionalidade da matéria.


Após análise do presente projeto de lei, este relator opina pela sua legalidade e constitucionalidade, por atender ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal e a Constituição Federal.

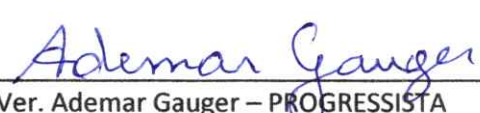
Ante ao exposto este relator Emite Parecer pela Constitucionalidade e a Legalidade do Projeto de Lei nº 2.905 de 30 de outubro de 2024.

Encaminho para os demais participantes desta Comissão para apreciação.

Barão/RS, 11 de novembro de 2024.


Ver. Pedro Gilson Jahn - PROGRESSISTA
Vereador Relator


Ver. Luciano Ricardo Sandrin - MDB
() Favorável – Pelas Conclusões do Parecer
() Contrário – Pelas Conclusões do Parecer
() Abstenção


Ver. Ademar Gauger – PROGRESSISTA
() Favorável – Pelas Conclusões do Parecer
() Contrário – Pelas Conclusões do Parecer
() Abstenção



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
BARÃO - RS

Processo Legislativo nº 126/2024
Ao Presidente da Mesa

Após ser submetido pela Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde o projeto de Lei nº 2.905 de 30 de outubro de 2024 foi **APROVADO** por maioria de seus membros.

Desta forma, encaminha-se o presente projeto de lei a presidência da mesa, com o parecer da Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Controle Orçamentário, Agricultura, Agroindústria, Cooperativismo, Pecuária, Educação e Saúde, tendo em vista que o mesmo se contra **APTO** para ser votado em plenário, nos termos do Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Barão/RS, 11 de novembro de 2024.



Ver. Pedro Gilson Jahn

Presidente da Comissão de Constituição Justiça Legislação controle
Orçamentário Agricultura Agroindústria Cooperativismo Pecuária Educação Saúde.